

40 anos da Rede da Legalidade

Centro Acadêmico relembrava momento esquecido da história



Brizola destaca a mobilização popular na luta contra o golpe militar

Quando, em 1961, o Presidente Jânio Quadros renunciou, ministros militares ameaçaram impedir que o Vice-Presidente João Goulart, que no momento estava na China, tomasse posse. No Rio Grande do Sul, foi criado um movimento armado, liderado pelo ex-governador Leonel Brizola, para garantir a legalidade constitucional da posse de Jango. Através de ondas médias de rádio, o povo do país inteiro era conclamado a defender a Constituição. Assim foi montada a Rede da Legalidade, que, 40 anos depois, foi lembrada pelo Centro Acadêmico Eduardo Lusitano (Cael), de Direito, nos dias 5, 6 e 7 de novembro, com exposição de fotos

e palestras que contaram, inclusive, com Leonel Brizola.

Em um auditório lotado, o líder do movimento foi apresentado como um registro vivo da história do país e iniciou o seu discurso lamentando que os fatos ocorridos em 61 tenham sido pouco discutidos até hoje. Para Brizola a importância da Rede da Legalidade não está só no fato de ter impedido um possível golpe dos militares, mas também por ter mobilizado uma grande parte da população brasileira em favor da Constituição.

— Quando o povo se mobiliza e há uma conscientização, a comunicação se aprimora. Todos estavam defendendo a legalidade, os seus direitos, e isso é um fator muito relevante na história do Brasil — disse Brizola.

Ainda para registrar os 40 anos do movimento, o Cael, juntamente com o Diretório Central dos Estudantes (DCE), publicou a revista *Rede da Legalidade - A Resistência Popular que Venceu*. Com três mil exemplares de tiragem, a revista tanto é retrospectiva objetiva como uma análise dos fatos ocorridos e foi distribuída gratuitamente na Universidade.

Profissionais repensam soluções para abuso sexual

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno atual e polêmico. Para discutir a necessidade de uma rede de proteção às vítimas, o Departamento de Serviço Social da PUC-Rio organizou o seminário *Abuso sexual contra crianças e adolescentes - repensando conceitos e intervenções*, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro.

Desafios na definição e no diagnóstico do abuso sexual contra crianças e adolescentes foi o nome da primeira mesa. Eva Faleiros, pesquisadora do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), definiu as formas de abuso e foi realista: "Não é pos-

sível falar em cura. O trauma causado pelo abuso continua influenciando."

O Estatuto da Criança e do Adolescente tem o objetivo de proteger a vítima dos maus tratos. Fausto Junqueira de Paula, vice-presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude (ABMP), defendeu uma reforma inteligente na norma penal: "Elas é arcaica, mal construída e não nos protege".

Na segunda mesa, Hebe Signori, psicóloga do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira/UFRJ, disse acreditar que é preciso estar preparado para estudar cada caso como se fosse único. An-

Utopias analisadas ao longo da história

Discussão utopia em diversos momentos da história para pensar a sua importância hoje foi o objetivo da Semana de História 2001, realizada entre os dias 5 e 9 de novembro, no auditório do RDC. Durante esse período, estudiosos e professores da PUC e de outras universidades debateram temas como A Utopia Republicana no Brasil. O Exemplo da Comuna de Paris, o Anarquismo, Utopia Revolucionária do Brasil da Década de 60 e Movimentos Sociais e Utopias.

Além de palestras, foram exibidos vídeos e realizadas oficinas de atividades lúdicas. Os alunos de História também expuseram seus trabalhos no auditório.



Mauricio Andrade, Andre Alvarenga e Marcelo Neri durante a mesa que discutiu a erradicação da fome no Brasil

Conferência geográfica mostra incertezas do país

As incertezas do desenvolvimento no Brasil foram discutidas durante a III Conferência Geográfica Interdisciplinar. A Semana foi organizada pelo C.A de Geografia, entre os dias 21 e 23 de novembro.

Os palestrantes debateram questões polêmicas como a reforma agrária, a exploração da Amazônia e o combate à fome. Todos ressaltaram a importância dessas reflexões, tanto para as gerações futuras, quanto para o atual momento do país.

Na abertura da conferência, o Coordenador da Consulta Popular, César Benjamin, questionou qual tipo de identidade o brasileiro precisa. "Há muitos anos ouvimos os economistas, mas eles não são parte da solução, e sim do problema. Queremos ser um espaço de fluxos do sistema financeiro internacional ou uma nação?", disse.

Na mesa "O MST e a Re-

forma Agrária" o Coordenador do Curso de Direito Social da Uerj, Miguel Baldez, analisou o processo de distribuição da terra e afirmou que desde o "achamento do Brasil" se extende sobre ela uma cerca jurídica, responsável pelo latifúndio. Já o Superintendente Regional da Incra-Rio, Josemar de Oliveira, alegou que a defesa dos excluídos deve ser feita através dos vazios da lei.

O meio ambiente foi destaque nas mesas sobre desenvolvimento sustentável e territórios amazônicos. Os impactos ambientais causados pelo homem foram lembrados, assim como a exploração predatória da Amazônia. A criação de uma infraestrutura para região foi uma das soluções apontadas para que a Amazônia seja integrada ao resto do país.

Alternativas para combater a fome no Brasil foram levantadas no encerramento da semana. O coordenador do Mapa do Fim da Fome, da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri, apresentou dados recentes sobre o custo de erradicação da miséria.

O Coordenador Geral da Ação da Cidadania, Mauricio Andrade, afirmou que é preciso uma cooperação entre todos os setores da sociedade, liderados pelo Estado: "Nós podemos deixar de ficar indignados ao ver um jovem comendo lixo na porta de nossas casas. É possível mudar isso".

Os alunos Flávio Fernandes e André Alvarenga ressaltaram a importância de participar da organização de uma conferência.

"A universidade envolve outros tipos de discussões que não as aulas. O contato com a elaboração dos temas e com os profissionais é fundamental", disse Fernandes.

Alunos discutem violência na Rocinha

A Rocinha surgiu de uma pequena roça. Hoje, abriga mais de 200 mil habitantes e cerca de 2.500 estabelecimentos comerciais. Como uma verdadeira cidade, a Rocinha também tem seus problemas. Os alunos da PUC-Rio Lúcia Helena do Nascimento, estudante de Letras, Alexandre Canalini, de Administração, e Bianca Paranhos, de Direito, organizaram um seminário sobre a violência na maior favela do Brasil. Ismael Oliveira e Rodolfo Noronha, integrantes do Viva Rio, falaram sobre a atuação do Balcão de Direitos, uma assessoria jurídica gratuita que atua em comunidades de baixa renda.

Para estudar a violência na Rocinha, os alunos decidiram dividir-a em duas regiões. Enquanto os moradores da parte superior da favela acreditam que o maior responsável pela violência é o policial, os que vivem próximo ao asfalto identificam o traficante como vilão. "Quanto mais longe do asfalto, mais o morador se sente à margem do poder público", concluiu Alexandre Canalini.

Lúcia Helena morou na Rocinha durante dez anos e garante que a pior violência é a da discriminação da sociedade: "As pessoas não têm noção de como é ser favelado". Ismael Oliveira também morou na Rocinha e, atualmente, é agente cidadania do Balcão de Direitos. "A violência está em qualquer lugar, não só nas favelas", disse. Segundo Rodolfo Noronha, coordenador do Balcão, "a maior violência é a negação dos direitos". Por isso, esse órgão atua em causas trabalhistas e, através da colaboração das associações de moradores da Rocinha, tenta integrar as "culturas" da favela.

O encontro foi organizado pelo Departamento de Direito da PUC, com o apoio do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil) e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Em decorrência, haverá um curso de especialização em Direitos Humanos no campus, e a participação de entidades presentes no seminário e de representantes da PUC no II Fórum Social Mundial.

Segundo o professor João Ricardo, do Departamento de Direito, o seminário possibilitou que os diferentes movimentos sociais da área de Direitos Humanos reflitam sobre o tema. Para ele, essa troca de experiências é essencial.



O Movimento Pela Vida luta agora pelo futuro

No dia 27 de novembro, o Movimento Pela Vida realizou seu encontro anual. Na ocasião, os organizadores discutiram a luta contra a morte, a violência e a desigualdade social. O encontro contou com a participação de representantes de movimentos sociais, organizações religiosas, sindicatos, partidos políticos e outras entidades. O objetivo principal foi discutir as estratégias para enfrentar os desafios da vida no Brasil, como a crise econômica, a desigualdade social e a violência. O encontro também abordou temas como a luta contra a morte, a violência e a desigualdade social.

Movimento Pela Vida 2511-5107 e 2513-5108

PUC Urgente on line

www.puc-rio.br/pucurgente